

O Belt and Road Initiative e a transição de modelo de desenvolvimento econômico na República Popular da China

The Belt and Road Initiative and the transition of development model in the People's Republic of China

FERNANDA BRANDÃO MARTINS | fecbrandao@gmail.com
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

LIA CECILIA BAKER FONSECA VALLS PEREIRA | liavalls2052@yahoo.com.br
Professora Adjunta da Faculdade de Ciência Econômicas e do Programa de Pós-Graduação da UERJ e pesquisadora associada da FGV/IBRE

Recebimento do artigo Julho de 2019 | **Aceite** Outubro de 2019

Resumo O presente artigo busca compreender em que medida o *Belt and Road Initiative* colabora ou não para a mudança do modelo de desenvolvimento econômico chinês, prioridade da política econômica do país desde a crise financeira de 2008-9. Para tanto, discute-se o modelo de desenvolvimento chinês perseguido até a crise de 2008-9 e o novo modelo almejado pelo Partido Comunista Chinês. Então, o artigo analisa a proposta do *Belt and Road* e em que medida suas proposições estão de acordo com os requisitos necessários para efetuação da mudança de modelo de desenvolvimento no país. A hipótese proposta é que o BRI contribui para a mudança de modelo no sentido de promover o desenvolvimento das províncias interiores do país, impulsionar inovação tecnológica e contribuir para o alcance da segurança energética do país, ao passo que não gera um rompimento brusco com o modelo de desenvolvimento perseguido até o momento baseado em exportações e investimento externo direto. **Palavras-Chave** China, BRI, desenvolvimento.

Abstract This article seeks to comprehend to what extent the Belt and Road Initiative contributes or not to changes in the Chinese economic development model, which is one of Beijing's priorities since the 2008-9 financial crisis. In this sense, we discuss the Chinese economic development model pursued up until the crisis of 2008-9 and the new model envisioned by the Chinese Communist Party. Then, the article looks into the Belt and Road Initiative proposal seeking to identify in what the proposed policies are in accordance with the requirements for the promotion and achievement of a new development model. The hypothesis is that the BRI contributes to the transition to a new development model in the sense that it promotes the development of the inner provinces of China, fosters technological innovation and contributes to the achievement of energetic security. At the same time, the initiative does not promote a sudden rupture with the previously perused development model based on exports and foreign direct investment. **Keywords** China, BRI, development.

Introdução

Desde o fim da Guerra Fria, no início dos anos 1990, um dos fenômenos que tem ganhado destaque nas Relações Internacionais tem sido a ascensão da China como grande potência. Essa ascensão chinesa é fruto do rápido e vertiginoso crescimento da economia do país ao longo das últimas quatro décadas, desde as reformas econômicas e políticas feitas por Deng Xiaoping, que deram início ao processo de abertura lenta e gradual da economia chinesa. Hoje a China é a segunda maior economia do mundo e é um ator significativo da economia política internacional, uma das principais economias exportadoras e importadoras tanto de bens quanto de capitais. A China e seu impacto na economia política internacional já não podem ser ignorados e choques ou mudanças na economia chinesa cada vez mais terão impacto global graças a interdependência gerada pela maior participação do país na economia internacional.

Nesse contexto, mudanças no modelo de desenvolvimento econômico da China são de extrema relevância para os rumos da economia política internacional. Desde a crise financeira de 2008-09, a China tem buscado mudar seu paradigma de desenvolvimento baseado majoritariamente em exportações e investimento externo direto (IED) para um modelo de desenvolvimento menos dependente da demanda externa, e mais dependente da demanda doméstica, ou seja, através do estímulo ao consumo doméstico. Se a China for bem-sucedida nesta empreitada, os fluxos de bens e capitais no mundo serão alterados de forma significativa.

Em 2013, o governo chinês anunciou a *One Belt, One Road* ou *Belt and Road Initiative* (BRI), que visa conectar a China à Europa via Ásia por redes de conectividade físicas e não-físicas (comércio, telecomunicações, ferrovias, rodovias, etc.). O objetivo desse artigo é analisar em que medida a iniciativa tem potencial para contribuir para a necessária mudança no paradigma chinês de desenvolvimento. O BRI é mais que um projeto meramente econômico, é também um projeto geopolítico que tem recebido grande destaque pelo governo chinês. Nesse sentido, argumenta-se que a iniciativa pode contribuir para a mudança de paradigma do desenvolvimento chinês, principalmente pelo aspecto da segurança energética que a iniciativa ajuda a construir. Apesar de a maior conectividade incentivar o aumento das transações econômicas e financeiras com os países conectados, a garantia de segurança energética é fundamental para a mudança de paradigma de desenvolvimento chinês uma vez que um maior consumo doméstico aliado a uma produção doméstica crescente demandará volumes cada vez maiores de recursos energéticos.

A fim de alcançar os objetivos deste breve artigo, primeiramente, discute-se o paradigma de desenvolvimento predominante na China inaugurado pelas reformas de Deng Xiaoping. Na segunda seção, apresenta-se o *Belt and Road Initiative*, seus principais objetivos e as principais características gerais dos projetos em andamento até o momento. Na terceira seção discute-se em que medida a iniciativa do BRI colabora ou não com a transição do paradigma de desenvolvimento chinês. A última seção traz as reflexões conclusivas deste artigo.

O paradigma de desenvolvimento chinês e o dilema da transição

As reformas econômicas de Deng Xiaoping em 1979, deram início ao paradigma de desenvolvimento, que prevalece até o momento na economia chinesa, com a política de Reforma e Abertura. A principal característica das reformas de Deng que permitiu o grande crescimento econômico chinês foi a abertura do país ao comércio internacional e ao capital estrangeiro (CHRISTENSEN, 2015). O investimento externo direto teve papel significativo impulsionando o crescimento industrial chinês voltado para exportações e intensivo em mão de obra (HUNG, 2016).

A abertura da economia chinesa de forma gradual atraiu empresas ocidentais para o país não apenas pelo estoque de mão de obra barata, mas com saúde e educada e capaz de auto gerenciamento (ARRIGHI, 2008; HUNG, 2016). O experimento com as Zonas Econômicas Especiais trouxe grande crescimento para a economia do país. Já nos anos 1990, com a continuidade da ascensão da China, capital americano, japonês e europeu passou a correr para a China com ainda maior intensidade (ARRIGHI, 2008). A China se tornou a segunda maior receptora de IED no mundo. Apesar da grande participação do capital estrangeiro, em todo esse processo, o governo chinês foi a figura central na promoção do desenvolvimento econômico do país (Ibid.). O papel do governo chinês era principalmente assegurar um pano de fundo macroeconômico que viabilizasse o desenvolvimento da economia do país controlando as taxas de juros, o câmbio e definindo políticas preferências para determinadas regiões do país (HUNG, 2016), principalmente com relação às Zonas Econômicas Especiais localizadas, em sua maioria, na região costeira. Essa intervenção do governo é identificada como característica fundamental do processo de desenvolvimento econômico dos países emergentes (AMSDEN, 2004). As empresas estatais, ou State Owned Enterprises (SOEs), tiveram papel de destaque nesse processo de abertura da economia chinesa e seu subsequente grande crescimento uma vez que boa parte do IED que entrou no país tinha como condicionalidade parceiras e joint ventures com empresas estatais nacionais. As SOEs são, em sua maioria, propriedade dos governos locais e competem com outras SOEs dentro do mercado chinês (HUNG, 2016).

Em relação ao comércio internacional, a China se tornou a maior exportadora e a segunda maior importadora de bens no mundo. A entrada da China na OMC em 2001 impulsionou ainda mais a presença chinesa no comércio internacional. Complexas cadeias globais de valor foram estabelecidas centradas na China de forma que o país recebeu o apelido de “*workshop of the world*”, ou a “fábrica do mundo” (HUNG, 2016), e alçando o país a ser visto como peça central do comércio internacional (CHRISTENSEN, 2015). Para Hung Ho-Fung (2016), o setor exportador foi a mãe do *boom* de crescimento da economia chinesa. Porém, a China também se tornou importadora voraz, principalmente de recursos energéticos e matérias primas oriundos de países em desenvolvimento da África e da América Latina, exportando seus bens manufaturados e investimento para esses países em retorno.

A elevada exportação de bens permitiu que a China acumulasse significativas reservas se tornando o país com as maiores reservas do mundo. A maior parte dessas reservas são compostas por títulos do governo americano, logo denominadas em dólar. O processo de maior abertura da China para a economia global aumentou a interdependência do país em relação aos seus par-

ceiros econômicos, inclusive o poder hegemônico do sistema. Os Estados Unidos e a China se tornaram os principais parceiros comerciais um do outro, sendo que os EUA incorrem em déficit na balança comercial significativo em relação ao país. Atualmente, a assimetria nas relações comerciais tem sido motivo de conflito entre os dois países resultando em uma “guerra comercial”, iniciada pelo governo Trump, com o objetivo de reduzir o déficit comercial dos EUA em relação à China. Hoje, a China é o principal parceiro comercial de diversos países tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento e menos desenvolvidos em diversas regiões do globo.

A escolha do paradigma de desenvolvimento inaugurado pelas reformas de Deng não pode ser entendida sem a compreensão dos interesses do governo Chinês quanto ao futuro do país e sem a sua história. Afinal, governos, interesses domésticos e experiências históricas são elementos que determinam o propósito de uma economia e determinam os parâmetros dentro dos quais o mercado opera (GILPIN, 2001). O paradigma de desenvolvimento escolhido permitiu à China se reintegrar ao sistema capitalista e usufruir de rápido e vertiginoso crescimento econômico resultante da inserção da economia chinesa no processo de globalização. O principal objetivo do governo chinês era buscar o desenvolvimento econômico, integrando-se ao sistema capitalista internacional, através de uma abertura controlada evitando os problemas econômicos que afligiram países do Leste europeu e da América Latina ao adotarem o Consenso de Washington culminando em crises da dívida. A China, por ter optado por reformas graduais e no ritmo considerado adequado pelo governo nacional, não sofreu com a questão da crise da dívida externa (HUNG, 2016). Porém, o modelo de desenvolvimento perseguido tornou a China dependente da continuidade da abertura dos mercados internacionais, tanto de bens quanto de capitais, e depende da estabilidade da economia internacional como um todo para que não haja perturbações nos fluxos que são vitais para a continuidade do crescimento da economia chinesa, principalmente suas exportações e investimentos.

A maior integração da economia chinesa no sistema capitalista, porém, levou ao aumento da interdependência em relação às economias dos países desenvolvidos, principal fonte de IED para a China e consumidores dos produtos manufaturados oriundos do país até então. Um dos grandes dilemas que se apresenta aos estados é a manutenção da sua autonomia e independência face ao aumento da interdependência resultante da maior conectividade entre as economias do mundo através do fenômeno da globalização (GILPIN, 2001). O modelo de desenvolvimento baseado em exportações é dependente da demanda externa criando vulnerabilidade, de forma que é um modelo sustentado de forma precária pela estabilidade na economia internacional (HUNG, 2016). Esse dilema se mostrou de forma rompanete no momento da crise financeira de 2008-09. A crise, que afetou principalmente os EUA e a Europa, mostrou a vulnerabilidade da economia chinesa em relação a perturbações nas economias desenvolvidas.

A crise levou à queda na demanda por bens dos países desenvolvidos e na disponibilidade de capital para ser investido na China (CHRISTENSEN, 2015). Após a crise, ficou evidente que era necessário ajustar o paradigma chinês de desenvolvimento a fim de diminuir as vulnerabilidades em relação às economias dos países desenvolvidos. Além disso, os impactos negativos sobre o preço do dólar, resultantes das políticas de contenção da crise, também afetaram de forma negativa a economia chinesa, uma vez que a maior parte das enormes reservas chinesas são ativos denominados em dólar, principalmente títulos do governo americano.

Domesticamente, para conter os impactos negativos da crise, o governo chinês disponibilizou um pacote de estímulo a fim de manter o ritmo da atividade econômica e minimizar

as externalidades negativas da crise. Apesar da atuação do governo, o crescimento da China foi reduzido da média de 10%, e tem se sustentado em torno de 6% desde o período da crise, o que ainda é um ritmo de crescimento superior ao crescimento das economias desenvolvidas. Porém, Pequim compreendia que a política de estímulo tem resultado limitado e havia a percepção de que repensar o modelo de desenvolvimento perseguido pelo país seria necessário.

Nesse contexto, o governo chinês passou a discutir a necessidade de diminuir a dependência da economia do país da demanda externa e aumentar a importância da demanda interna, principalmente o consumo, como determinantes do crescimento do país; aumentar o valor agregado e o conhecimento empregados nos bens produzidos domesticamente levando a China a posições mais elevadas nas cadeias globais de valor; a transformação das SOEs em empresas mais competitivas internacionalmente; e promover o desenvolvimento das províncias do interior para diminuir a desigualdade em relação às províncias costeiras (HUNG, 2016; SHAMBAUGH, 2016). Desde o início dos anos 2000, já havia também a preocupação com a segurança energética da China, que tem se tornando uma preocupação cada vez mais urgente do governo chinês. A necessidade de segurança energética pode ser elemento impulsionador para a maior projeção de poder chinês no sistema internacional, tanto econômica quanto militar (HUNG, 2016).

No pós-crise, a China passou a atuar de forma mais assertiva nos regimes de governança econômica internacional buscando exercer um papel maior na garantia da estabilidade da economia internacional como um todo. A centralidade do G20 no momento pós-crise revelou a importância da China e de outros países em desenvolvimento para a governança e a restauração da estabilidade na economia internacional. A China também deu novo fôlego à sua demanda por maior uso dos Direitos Especiais de Saque (SDRs, sigla do inglês) do FMI, que não possuem papel significativo em transações internacionais, a fim de reduzir a dependência do dólar e a demandar a melhor representação dos países em desenvolvimento em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Além disso, passou a ter como demanda que sua moeda nacional, o Renminbi (RMB), fosse incluído na cesta que determina os SDRs a fim de fortalecer politicamente sua moeda. Como um todo, a China passou a buscar de forma mais assertiva a liderança do processo de globalização e da integração regional asiática (OHASHI, 2018; XI, 2017), lançando iniciativas como o *Belt and Road Initiative*, o *Regional Comprehensive Economic Partnership* (um acordo que envolve comércio e investimentos com os países da ASEAN e seus principais parceiros), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), instituições em conjunto com os BRICS, como o *New Development Bank* (NDB) e o *Contingent Reserves Agreement* (CRA), e a maior internacionalização da sua moeda nacional.

Em geral, a doutrina que perpassa a busca pelo desenvolvimento chinês é da ascensão ou desenvolvimento pacíficos (ARRIGHI, 2008; HUNG, 2016), de forma que a acumulação de capacidades econômicas pelo país, de acordo com o PCC, teria como principal objetivo o desenvolvimento e o avanço da economia nacional a fim de promover melhores condições de vida para sua população, sem ambições de hegemonia internacional (PIRES & PAULINO, 2017). Nesse sentido, a mudança de paradigma de desenvolvimento continuaria baseada no princípio da ascensão pacífica, mas seguindo uma direção que seria mais sustentável no longo prazo e permitiria a continuidade desse processo. A mudança de paradigma também se dá dentro do marco da política de “*Going Out*” que marcou o processo de abertura chinesa para bens e capitais estrangeiros, como receptora de IED e exportadora de bens industrializados (OHASHI, 2018). O novo paradigma significará uma nova forma de “*going out*” da China.

Apesar do caráter pacífico do seu desenvolvimento advogado por Pequim, a China utiliza a expansão do seu mercado doméstico e da sua riqueza nacional como instrumentos de poder regional e global (ARRIGHI, 2008). A mudança de paradigma no desenvolvimento chinês aumentaria ainda mais a capacidade de projeção de poder da China nesse sentido e o *Belt and Road Initiative* tem potencialidade para ser um instrumento fundamental para o sucesso dessa projeção de poder e a transição para um novo paradigma de desenvolvimento. Contudo, o principal motivador da mudança no modelo de desenvolvimento chinês é a busca por um crescimento econômico que seja sustentável no longo prazo e que contribua para a estabilidade doméstica e a perpetuação da liderança do Partido Comunista Chinês.

O *Belt and Road Initiative*: projeção de poder econômica e geopolítica?

O *Belt and Road Initiative* (BRI) foi apresentado por Xi Jinping em 2013 em duas partes. Primeiro, foi anunciada, no Cazaquistão, a iniciativa de conexão da Ásia à Europa e à África por meios de infraestrutura terrestre e de comunicação, como uma nova Rota da Seda. Posteriormente, foi anunciado, na Indonésia, o Cinturão Marítimo que da mesma forma busca conectar a China à Europa via corredores marítimos através dos oceanos Índico e Mediterrâneo. O BRI foi incorporado no Décimo Terceiro Plano Quinquenal do Partido Comunista Chinês (2016-2020), que determina as prioridades da economia chinesa para o período. De acordo com o plano, o BRI será o elemento central da continuidade da abertura da economia chinesa internacionalmente baseando-se na cooperação e na integração regional com ganhos mútuos (CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA, 2016). A proposta do *Belt and Road*, porém vai além de um ou dois planos quinquenais, é um projeto de 100 anos e sobre onde a China quer estar quando a República Popular da China completar seu primeiro centenário em 2049 (DODWELL, 2019). A estimativa é que o projeto envolva cerca de US\$ 1 trilhão de investimentos em infraestrutura (LIMA, 2019). Logo, o projeto não tem como objetivo principal alcançar resultados imediatos.

Inicialmente, a expectativa era de que o projeto envolvesse cerca de 15 províncias chinesas e 83 países (UMBACH, 2019). Hoje, estima-se que cerca 138 países de diversos continentes estão envolvidos com essa iniciativa de alguma maneira (DODWELL, 2019). A proposta inicial compreendia seis rotas que conectassem o continente asiático à Europa e ao Oriente Médio: corredor China-Mongolia-Rússia, corredor China-Ásia Central-Oeste Asiático, corredor China-Península da Indochina, nova ponte continental Euroasiática, o corredor China-Paquistão e o corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar (CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA, 2016). Hoje, porém, a iniciativa já incorpora propostas de rotas que compreendem outros continentes como a América Latina, a África e a Oceania. O ponto focal do BRI é a construção de infraestrutura para a realização das rotas propostas. A iniciativa surge em um momento em que há grande demanda por infraestrutura nos países em desenvolvimento que circundam a China e também da América Latina e na África que é mal atendida pelas instituições tradicionais de fomento ao desenvolvimento como o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento.

Em termos gerais, a iniciativa busca promover o desenvolvimento econômico asiático como um todo através da interconectividade entre os países da região por meio da construção de infraestrutura (ROLLAND, 2017). Essa infraestrutura será importante para aumentar o comércio entre os países que participam da iniciativa e para facilitar a formação de cadeias de valor produtivas na região. Para o ano de 2019, a expectativa é que a iniciativa já seja responsável por um incremento de US\$ 117 bilhões ao comércio internacional (DODWELL, 2019). Assim, o *Belt and Road* promoverá uma rede integrada na indústria produtiva, no setor de transporte e no setor energético facilitando a circulação de bens entre os países conectados pela rota (UMBACH, 2019).

Acompanhando o BRI, a China criou uma série de iniciativas cujo objetivo é financiar o projeto, por exemplo, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla do inglês) e o Fundo da Rota da Seda, que conta com US\$ 40 bilhões em recursos disponibilizados. Ambas as instituições tem como objetivo principal financiar os projetos de infraestrutura que proverão a maior conectividade e integração entre as economias da Ásia e suprirão as demandas por infraestrutura do continente (TIEZZI, 2014). Nos últimos dois anos, o AIIB já financiou cerca de 24 projetos em 12 países, com um custo de cerca de US\$ 4 bilhões. O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS também financia projetos no âmbito do *Belt and Road Initiative*, mas apenas nos países BRICS que fazem parte do projeto (OHASHI, 2018).

Até o momento, boa parte dos investimentos da iniciativa estão concentrados na construção de infraestrutura (ferrovias e portos) e no setor de energia como um todo (transmissão de energia e exploração de recursos energéticos), estimando-se que, desde 2009, cerca de US\$ 130 bilhões foram investidos apenas em projetos do setor energético da rota (UMBACH, 2019). Destaca-se entre os projetos de infraestrutura de transportes, a ferrovia Sino-Europeia que já conecta 33 cidades chinesas e 33 cidades em 12 países diferentes (OHASHI, 2018).

Um outro objetivo da China com o *Belt and Road* é a intensificação da internacionalização da sua moeda nacional, o *Renminbi* (RMB). Através da iniciativa, a China vê a oportunidade de aumentar o uso internacional da sua moeda para o comércio, empréstimos e financiamentos e swaps cambiais, o que poderia no futuro criar uma zona cambial baseada no RMB (OHASHI, 2018). O interesse do país na internacionalização da sua moeda foi também aumentado pela crise de 2008 e as vulnerabilidades em relação à dependência do dólar como moeda de troca e reserva predominante no sistema financeiro internacional. A internacionalização do RMB também facilitaria a concretização de uma zona econômica asiática centrada na China, tendo sua moeda como principal meio de troca e reserva. Nesse sentido, o *Belt and Road* reforçaria e consolidaria a tendência de mudança do eixo central da economia internacional para a região asiática.

O BRI é considerado um dos elementos mais relevantes da política externa chinesa na atualidade e é elemento considerado fundamental para o projeto de rejuvenescimento da China anunciado por Xi Jinping. Apesar de ser enunciado como uma iniciativa de projetos econômicos, os objetivos a serem alcançados vão além dos ganhos proporcionados pela maior integração econômica e interconectividade entre os países que fazem parte da iniciativa, mas também objetivos políticos e estratégicos fundamentais para a continuidade da ascensão da China como grande potência no sistema internacional. O projeto não pode ser entendido apenas a partir de suas ambições no aspecto da economia, uma vez que a função da economia e a distribuição dos ganhos econômicos obtidos no mercado são determinados pelo aspecto político (GILPIN, 2001).

Para Nadège Rolland (2017), o BRI surge como resposta a dois fenômenos no sistema

internacional: a crise financeira de 2008 e a mudança na política externa dos EUA com o *Pivot to Asia* durante o governo Obama. Como discutido na seção anterior, a crise de 2008 revelou as vulnerabilidades da economia chinesa frente a grande interdependência com relação aos países desenvolvidos e ao dólar levando à busca por um novo modelo de desenvolvimento menos associado à demanda externa e mais dependente da demanda doméstica. Já o segundo fenômeno, trata do aspecto geopolítico da iniciativa.

A mudança na política externa americana tinha como objetivo o aumento da presença do país na Ásia para conter a expansão da influência da China, principalmente por vias econômicas. Para tanto, os EUA patrocinaram iniciativas como o Acordo Trans-Pacífico (TPP) que promoveria a maior aproximação das economias da região com os Estados Unidos. Com a mudança de administração nos EUA, tem-se uma nova mudança na política externa em relação à China. O governo Trump abandona o aspecto *softpower* do *Pivot to Asia*, inclusive se retirando do TPP, e passa a adotar uma postura mais agressiva e combativa em relação à China, principalmente com relação à política comercial do país o que resultou na chamada “guerra comercial” entre os dois países. Atualmente, há perspectiva que esse embate evolua para até mesmo uma “guerra cambial” já que Donald Trump voltou a acusar a China de manipulação cambial após Pequim ter adotado uma política de desvalorização de sua moeda. Nesse novo contexto, o BRI ganha maior importância tanto no aspecto econômico quanto geopolítico, uma vez que cria novas fontes de demanda por bens chineses e consolida a influência chinesa sobre a região.

Apesar do aspecto geoestratégico e geopolítico do projeto, a China não busca criar conflitos diretos com os Estados Unidos ou outras potências emergentes como a Índia e a Rússia nesse processo. Pelo contrário, a própria ideia do BRI é evitar conflitos diretos com os EUA criando rotas alternativas para escoamento do comércio e recursos energéticos (ROLLAND, 2017). A China busca criar um ambiente pacífico e harmonioso de maior interdependência e parceria com seus vizinhos, incluindo a manutenção da estabilidade doméstica de nações vizinhas que é vital para a efetividade do BRI (PIRES & PAULINO, 2017; ROLLAND, 2017).

O BRI e a transição para um novo modelo de desenvolvimento

A ambição econômica do projeto caminha de mãos dadas com as ambições políticas desse projeto. A continuidade do crescimento chinês é fundamental para a continuidade do aumento da projeção de influência chinesa sobre a região e sua ascensão como grande potência no sistema. No sentido do crescimento econômico, o BRI é estratégico para a China em três sentidos: na transição para um novo modelo de desenvolvimento, no fomento de competição e inovação tecnológica na China e na garantia da segurança energética do país.

No aspecto do desenvolvimento econômico, a construção de uma rede de infraestrutura que envolve ferrovias, estradas, gasodutos e oleodutos, redes de comunicação, portos, etc. certamente impulsionará o aumento de fluxos de capital e bens entre os países envolvidos no projeto. Além disso, a promoção do desenvolvimento dos países da região, principalmente da Ásia Central, gerará uma maior demanda por bens produzidos na China, o que contribui para a con-

tinuidade do crescimento do país via exportações diante de uma redução da demanda nos países desenvolvidos (ROLLAND, 2017). Nesse sentido, a iniciativa reforçaria o modelo de desenvolvimento inaugurado com as reformas de Deng Xiaoping, no sentido de ter as exportações como carro-chefe do crescimento da economia do país. Já é possível perceber o aumento do comércio da China com os países inseridos na iniciativa do BRI de forma que a China tem se tornando o principal parceiro comercial de diversos países. O comércio da China com os países do BRI já representa cerca de 26,5% do comércio total do país (OHASHI, 2018). No geral, a iniciativa ajudaria a China a alcançar a posição de primazia no comércio internacional (LIMA, 2019).

A iniciativa, porém, promoveria uma mudança nos fluxos de investimento em relação à China. Ao invés da China ser receptora de IED, o país passaria a exportar investimento para os países da região, uma tendência que já pode ser observada desde 2016/2017 quando o saldo entre a entrada e saída de investimentos no país passou a ser negativo. Outra mudança em relação aos investimentos é no destino do IED chinês. Tem-se observado uma redução sistemática dos investimentos chineses nos Estados Unidos, desde de 2008 e acelerando-se em 2018, e a diretriz de Pequim é que os investimentos sejam concentrados na iniciativa do BRI (HICKEY, 2019; JILANI; CHENG, 2018). Essa redução tem sido acelerada pelo aumento das tensões econômicas entre os dois países. Em contrapartida, a China tem investido em zonas especiais de cooperação econômica que recebem IED chinês, cerca de 70% dos investimentos chineses nessas zonas econômicas de cooperação está nos países do BRI (OHASHI, 2018).

Porém, a iniciativa visa também por promover o desenvolvimento das regiões mais interiores da China, de forma a aumentar a demanda doméstica nesse processo (ROLLAND, 2017). Assim, a iniciativa também ajudaria na transição de modelo de desenvolvimento uma vez que levaria crescimento econômico para regiões do país que ainda são menos desenvolvidas e com potencial de crescimento.

A inovação tecnológica é outro aspecto fundamental para a continuidade do desenvolvimento chinês. De acordo com Gilpin (2001), há uma correlação histórica entre preponderância tecnológica, econômica e política e as grandes potências competem pela primazia em tecnologia. Hoje, o investimento e desenvolvimento de tecnologia são fundamentais para a determinação da posição de um país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e sua preponderância na economia internacional (GILPIN, 2001). A fim de dar continuidade ao seu crescimento e desenvolvimento econômico e alcançar, a China precisa investir no desenvolvimento de novas tecnologias e exportá-las para outras nações. Assim, o BRI e maior conectividade por ele gerada podem aumentar a demanda por bens de alta tecnologia desenvolvidos na China, o que pode gerar economias de escala barateando a produção desses bens e favorecendo a continuidade do investimento no desenvolvimento de novas tecnologias. Ademais, ao conectar a economia chinesa às demais economias da região, é possível transferir partes do processo produtivo para os países menos desenvolvidos e concentrar na China a parte da produção de maior valor agregado e com tecnologia mais avançada ajudando a fomentar um ambiente propício à inovação tecnológica no país. O processo de inovação tecnológica é essencial para a modernização da economia chinesa e sua transição para um novo paradigma de desenvolvimento (SHAMBAUGH, 2016).

Outro elemento importante do BRI, é que a iniciativa permite que as SOEs continuem tendo papel relevante na expansão econômica chinesa ao serem os principais vetores do investimento chinês nos países que fazem parte do BRI. Um dos problemas identificados em relação à política

doméstica e a mudança de paradigma de desenvolvimento é a insatisfação que poderia resultar dos representantes das SOEs beneficiadas pela primazia destas no modelo de desenvolvimento prevalente, dificultando o processo de mudança (HUNG, 2016; SHAMBAUGH, 2016).

O último elemento de destaque é a questão da segurança energética, que é fundamental para a continuidade do crescimento econômico chinês. A demanda chinesa por energia cresce a passos largos e o desafio para o país é garantir acesso a recursos energéticos que permitam a continuidade da atividade econômica no país. O aumento da produção industrial e o aumento do consumo das famílias, incluindo automóveis, faz com que a demanda chinesa por energia seja cada vez maior e a segurança energética uma preocupação do governo chinês. Nos anos 1990, a China deixou de ser exportadora líquida de petróleo para ser importadora líquida desse recurso. A partir do Décimo Plano Quinquenal, as questões de segurança energética começaram a aparecer com cada vez mais ênfase no planejamento do PCC para a China (WU, 2014). Hoje, a China já não é capaz de prover sozinha os recursos suficientes e necessários para a provisão de energia de acordo com a demanda nacional (JONES; STEVEN; O'BRIEN, 2014).

O consumo de recursos energéticos pela China faz do país um dos principais atores do mercado de energia mundial. Nesse sentido, o desafio para a China é duplo: assegurar o acesso a recursos energéticos, mas promover o desenvolvimento do uso de energias menos poluentes, uma vez que o país já sofre com graves problemas de poluição principalmente nas grandes cidades. A principal matriz energética da China é o carvão, altamente poluente, seguido pelo petróleo e o gás natural (WU, 2014). Uma outra questão associada à segurança energética é as rotas pelas quais os recursos energéticos chegam à China. A maior parte dos recursos energéticos importados pela China tem origem no Oriente Médio e na África, de forma que para chegar à China passa por regiões conturbadas como os estreitos de Hormuz e Mallaca (JONES; STEVEN; O'BRIEN, 2014). Assim, a China tem buscado desenvolver e modernizar sua marinha para que possa garantir a segurança dos navios que transportam esses recursos e também criar novas rotas alternativas pelas quais esses recursos possam ser levados até o país.

Nesse sentido, o *Belt and Road Initiative* é elemento chave da estratégia chinesa para assegurar sua segurança energética no futuro. O BRI tem como um dos seus principais objetivos assegurar a segurança energética da China através da diversificação das fontes de recursos energéticos e através da diversificação das rotas pelas quais tais recursos chegam ao país (OHASHI, 2018; UMBACH, 2019). O BRI é importante para a diversificação de fontes de energia para a China através da exportação de tecnologia para a produção de energias renováveis, como solar e nuclear. Hoje, a China é líder em tecnologia nuclear barata para a produção de energia nuclear (JONES, STEVEN & O'BRIEN, 2014). Ao exportar painéis solares e tecnologia nuclear, a China cria economias de escala que barateiam ainda mais o custo da produção desse tipo de energia. A estimativa é que em 2030 a China seja a maior produtora de energia nuclear do mundo (UMBACH, 2019). Contudo, o *Belt and Road* também inclui investimentos em recursos energéticos tradicionais como carvão, petróleo e gás. Na iniciativa, há projetos de construção de plantas de carvão em diversos países envolvidos (Ibid.). Além disso, há investimentos direcionados para a construção de oleodutos e gasodutos, criando rotas alternativas para o transporte de petróleo e gás natural para o país evitando pontos conturbados como os estreitos de Hormuz e Mallaca. Em termos de diversificação de rotas, a parte marítima do projeto tem como objetivo aumentar a segurança do que não for possível ser transportado por vias terrestres para a China. Ao financiar

a construção de novos portos, a China cria novos pontos de parada para sua marinha para que possa garantir a segurança do transporte desses recursos até o país.

Contudo, o *Belt and Road* tem diversos pontos complexos que levantam dúvidas sobre a viabilidade e o sucesso da iniciativa. Há grande discussão sobre os projetos do BRI e sua lucratividade comercial (OHASHI, 2018; UMBACH, 2019). Há também grande preocupação quanto às enormes dívidas contraídas pelos países em desenvolvimento no âmbito da iniciativa que aumentaria a capacidade de influência da China sobre esses países e poderiam até mesmo sobrecarregar instituições tradicionais como o FMI, que poderiam ser acionadas para ajudar esses países em caso de crise da dívida (OHASHI, 2018). Tem sido observado, também, o aumento de atritos políticos e da rejeição do BRI por algumas populações locais dos países envolvidos. Ao mesmo tempo, a interdependência econômica dos países da região em relação à China torna-os sensíveis ao ritmo de crescimento da atividade econômica no país de forma que a redução do crescimento da China afetaria negativamente esses países devido a eventuais quedas na importação da China e dos fluxos de investimentos (LIMA, 2019). Logo, por mais que haja aumento da insatisfação em relação aos projetos do BRI, esses países tem capacidade de resposta limitada diante do elevado grau de interdependência entre suas economias e a economia chinesa.

Em suma, o *Belt and Road* marca um novo momento da inserção internacional da China. Através do *Belt and Road*, a China propõe uma nova forma de inserção internacional na qual as relações são dadas em sua maior parte por vias multilaterais em iniciativas como o BRI, ao invés de vias bilaterais como no início do processo de abertura da economia chinesa (OHASHI, 2018). Apesar disso, o caminho para a concretização do *Belt and Road* não será fácil e muitos desafios tem se apresentado nesse processo.

Conclusão

O *Belt and Road* tem como objetivo diversificar fontes de recursos energéticos, rotas de escoamento desses recursos e abertura de novos mercados para China evitando conflito direto com os EUA (OHASHI, 2018; UMBACH, 2019). Dessa forma, a iniciativa permite que a China busque a transição para um novo modelo de desenvolvimento sem rupturas bruscas no processo de crescimento da economia do país. Ao mesmo tempo que o *Belt and Road* permite que a China aumente o fluxo de comércio com os países envolvidos, ele permitirá uma mudança da inserção da China nas cadeias globais de valor concentrando no país a produção de maior valor agregado e transferindo para outros países outros estágios produtivos e permitirá o desenvolvimento das províncias do interior da China aumentando a demanda doméstica. Ademais, a iniciativa confirma a tendência da China de deixar de ser importadora de IED para ser exportadora de IED, principalmente para os países do BRI.

Um segundo ponto importante do *Belt and Road*, é sua instrumentalidade para o alcance da segurança energética almejada pela China. A iniciativa permitirá a China a diversificar suas fontes de recursos energéticos e as rotas e meios através dos quais esses recursos chegam ao país. Juntamente com a capacidade de aumentar a influência chinesa sobre a região da Ásia central e consolidar uma zona econômica liderada pela China, esses elementos revelam o caráter geoestratégico e geopolítico da iniciativa.

Ainda é cedo para afirmar se é o BRI é ou não um sucesso na realização dos objetivos almejados por Pequim com este projeto, especialmente se tratando de um projeto que se afirma ser de longo prazo. Vários desafios têm emergido mostrando que o caminho para a realização do BRI não será incólume. Não obstante, o BRI tem grande potencialidade para ajudar a China a concretizar sua transição de modelo de desenvolvido ao passo que avança como grande potência e consolida sua influência sobre o continente asiático.

Referências

- AMSDEN, A. H. *A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI*. Primeira ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. *The 13th Five Year Plan: for Economic and Social Development of the People’s Republic of China*, 2016.
- CHRISTENSEN, T. J. *The China Challenge: shaping the choices of a rising power*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2015.
- DODWELL, D. Belt and Road Isn’t Going Away: Get Used to It. *Global Asia*, v. 14, n. 2, jun. 2019.
- GILPIN, R. *Global Political Economy: Understanding the international economic order*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2001.
- HICKEY, C. K. Two Charts That Show How China Is Pulling Out of the United States. *Foreign Policy*, 30 jul. 2019.
- HUNG, H.-F. *The China Boom: Why China Will Not Rule the World*. Nova York: Columbia University Press, 2016.
- JILANI, H.; CHENG, A. Chinese Investment in the U.S. Tanks Amid Major Policy Crackdowns. *Foreign Policy*, 6 jul. 2018.
- JONES, B.; STEVEN, D.; O’BRIEN, E. *Fueling a New Order? The New Geopolitical and Security Consequences of Energy*: Project on international Order and Strategy. Brookings, mar. 2014.
- LIMA, M. C. Impacts of Chinese economy and its global geopolitics: after the slowdown. *Estudos Internacionais*, v. 7, n. 2, p. 21–41, Ago 2019.
- OHASHI, H. The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China’s opening-up policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, v. 7, n. 2, p. 85–103, 2018.
- PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. Reflexões sobre a hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. *Relaciones Internacionales*, v. 53, n. Dossier: Evolución de la Política Exterior de China para a América Latina, p. 207–228, 2017.

- ROLLAND, N. China's "Belt and Road Initiative": Underwhelming of Game Changer? *The Washington Quarterly*, v. 40, n. 1, p. 127–142, 2017.
- SHAMBAUGH, D. *China's Future*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- TIEZZI, S. Is There Room for the US in China's "Asia-Pacific Dream"? *The Diplomat*, 11 nov. 2014.
- UMBACH, F. China's Belt and Road Initiative and Its Energy Security Dimensions. *RSIS Working Paper*, n. 320, 3 jan. 2019.
- WU, K. China's energy security: oil and gas. *Energy Policy*, 2014.
- XI, J. *President Xi's speech to Davos in full* World Economic Forum, , 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/01/fulltextofxijinpingkeynoteattheworld-economicforum>>. Acesso em: 2 jan. 2017